



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

|   |  |  |                            |
|---|--|--|----------------------------|
| <b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS) nº 0620096/2018</b>  |  |  |                            |
| <b>PA COPAM Nº:</b> 22878/2011/003/2018   |  | <b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo deferimento                           |                            |
| <b>EMPREENDEDOR:</b> Gran Vale LTDA   |  | <b>CNPJ:</b>   | 03.009.045/0001-15         |
| <b>EMPREENDIMENTO:</b> Gran Vale LTDA   |  | <b>CPF:</b>  | 03.009.045/0001-15         |
| <b>MUNICÍPIO:</b> Mata Verde/MG   |  | <b>ZONA:</b>   | Zona Rural                 |
| <b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Não foi considerado a incidência de critério locacional</li></ul> |  |  |                            |
| <b>CÓDIGO:</b>  | <b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b>       | <b>CLASSE</b>  | <b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b> |
| A-02-06-2   | Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento.       | 2  | 0                          |
| A-05-04-6   | Pilha de rejeito/estéril – Rochas ornamentais e de revestimento. | 2  |                            |
| <b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b><br><br>Raphael Riguetti Barbosa-Geólogo   |  | <b>REGISTRO CREA/ART:</b><br><br>CREA nº 39579/14201800000004713059. |                            |
| <b>AUTORIA DO PARECER</b>   |  | <b>MATRÍCULA</b>   | <b>ASSINATURA</b>          |
| Farley Alves da Silva   |  | 1.375.522-8  |                            |
| De acordo:<br><br>Gilmar dos Reis Martins<br><br>Diretor Regional de Regularização Ambiental  |  | 1.353.484-7  |                            |



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS) nº 0620096/2018**

O empreendimento Gran Vale LTDA - EPP atua no ramo minerário, por força da AAF – Autorização Ambiental de Funcionamento/processo nº 22878/2011/002/2014, exercendo suas atividades no município de Mata Verde/MG, coordenadas UTM: latitude - 315343.1 e longitude - 8253324. A propriedade possui uma área total de 255,56ha, sendo 2,5ha de lavra e 6,1ha de ADA – Área Diretamente Afetada. Em 28/08/2018, foi formalizado na Supram Jequitinhonha o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS de nº 22878/2011/003/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), uma vez que a supracitada AAF vigorará até o dia 03/09/2018.

As atividades do empreendimento, objetos deste licenciamento, são: Lavra a céu aberto – Rocha Ornamentais e de Revestimento (6.000 m³/ano) – A – 02-06-2 e Pilha de Rejeito/Estéril – Rochas Ornamentais e de Revestimento (0,6ha) – A-05-04-6, cuja substância mineral é o granito. Tais atividades foram definidas como Classe 2, em conformidade com a DN – Deliberação Normativa nº 217/2017. Em consonância com o FCE – Formulário de Caracterização do Empreendimento, não haverá supressão de vegetação nativa.

De acordo com a plataforma de Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE, o empreendimento não está localizado em área de influência de cavidades, terras indígenas, quilombolas, Unidade de Conservação e nem em zona de amortecimento. Em razão de já ter sido emitida uma AAF para o desenvolvimento das atividades do empreendimento, o fator locacional foi considerado 0, conforme determina a Instrução de Serviço Sisema 01/2018. A água consumida no empreendimento é proveniente do rio Panela, por meio da Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 53977/2018 (consumo industrial), processo nº 67844/2018, com captação de 0,5 L/s, durante 8h/dia, com vigência até 12/03/2021. Segundo o consultor ambiental, Sr. Raphael Riguetti, os funcionários consomem a água que levam de suas residências.

Como principais impactos ambientais mapeados no RAS – Relatório Ambiental Simplificado destacam-se: a geração de efluentes líquidos sanitários, provenientes do consumo humano (sanitários, refeitórios); efluentes oleosos e/ou do óleo usado/coletado, originados do tráfego de veículos e corte de fio; ruídos, derivados das máquinas pesadas; e resíduos sólidos, tais como: EPI's uniformes, embalagens PEAD, filtro de óleo combustível, resíduos inorgânicos. Como impactos naturais decorrentes do processo minerário foram citados: aceleração dos processos erosivos, alteração da paisagem, poeiras, alteração na qualidade das águas e assoreamento dos cursos de água. Ainda, conforme o RAS, o empreendimento não gera efluentes industrial, de purgas de equipamentos, e de lavagem de pisos e equipamentos.

Conforme o RAS apresentado, as medidas mitigadoras para os impactos listados são as seguintes: direcionamento dos efluentes líquidos sanitários à fossa séptica; destinação dos efluentes oleosos às empresas de reciclagem; em relação aos materiais particulados, serão realizadas aspersões nas vias de acesso e utilização de água no processos produto (corte de fio); acondicionamento dos resíduos sólidos em local coberto e com piso impermeável; mitigação dos ruídos das máquinas pesadas, através do aumento da distância e redução de sua concentração, bem como utilização de equipamentos de proteção individual. Os demais impactos, derivados naturalmente do processo extrativo, serão mitigados por meio do monitoramento e sua consequente retenção.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Gran Vale LTDA - EPP para as atividades de “Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento e Pilhas de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento”, no município de Mata Verde-MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## **ANEXO I**

### **Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Gran Vale LTDA - EPP”.**

Para a Licença Ambiental Simplificada fica determinado as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo, podendo excepcionalmente ser incluída nova condicionante desde que tecnicamente justificada.

| <b>Item</b> | <b>Descrição da Condicionante</b>  | <b>Prazo*</b>                 |
|-------------|--|-------------------------------|
| <b>01</b>   | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da licença |

**\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

### **IMPORTANTE**

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-Jequitinhonha, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Gran Vale LTDA - EPP”

#### 1. Efluentes Líquidos

| Local de amostragem                                   | Parâmetro  | Frequência de Análise |
|---|--|-----------------------|
| Na entrada e na saída da Fossa séptica <sup>(1)</sup> | PH, materiais sedimentáveis, óleos vegetais e gorduras animais, DBO, DQO, substâncias tensoativas, sólidos em suspensões totais. | Semestral             |

<sup>(1)</sup> O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Local de amostragem:** Entrada da ETE (efluente bruto): antes da chegada na fossa séptica. Saída da ETE (efluente tratado).

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

#### 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Jequitinhonha, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.



| Resíduo     |        |                                |                        | Transportador |                   | Disposição final   |                     |                   |                         | Obs. |                  |
|-------------|--------|--------------------------------|------------------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|------|------------------|
| Denominação | Origem | Classe NBR 10.004 <sup>1</sup> | Taxa de geração kg/mês | Razão social  | Endereço completo | Forma <sup>2</sup> | Empresa responsável |                   |                         |      |                  |
|             |        |                                |                        |               |                   |                    | Razão social        | Endereço completo | Licenciamento Ambiental |      |                  |
|             |        |                                |                        |               |                   |                    |                     |                   | Nº processo             |      | Data da validade |

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.*